

Nuno Tavares Romano e Soares Martinez, Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Direito desta Universidade, a presidência do júri do concurso para recrutamento de quatro postos de trabalho de Professor Associado, na área disciplinar de Ciências Jurídico-Políticas, publicado pelo Edital n.º 31/2013, no Diário da República, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro.

4 de outubro de 2013. — O Vice-Reitor, *António Feijó*.

207305393

## Faculdade de Direito

### Despacho (extrato) n.º 13358/2013

Por despacho de 17 de julho de 2013 do Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, proferido por delegação de competências do Reitor, e nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto — concedida licença sabática para o ano letivo 2013/2014 às docentes, do mapa de pessoal docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Doutora Maria Luísa da Conceição Duarte, professora associada com agregação, e Doutora Maria Paula dos Reis Vaz Freire, professora associada. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

7 de outubro de 2013. — A Secretária-Coordenadora, *Ana Paula Carreira*.

207305514

## UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

### Reitoria

#### Edital n.º 982/2013

Nos termos do artigo 39.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de novembro, com a nova redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 168, de 31 de agosto de 2009, o Reitor da Universidade Nova de Lisboa, Prof. Doutor António Manuel Bensabat Rendas, por despacho de quatro de junho de dois mil e treze, faz saber que está aberto concurso documental, pelo prazo de 30 dias úteis, a contar do dia imediato ao da publicação deste Edital no *Diário da República*, para recrutamento de 1 posto de trabalho de Professor Auxiliar na Área Disciplinar de Gestão dos Sistemas de Informação do Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação desta Universidade.

O presente concurso é documental, tem caráter internacional e rege-se pelas disposições constantes dos artigos 37.º e seguintes do referido Estatuto.

I — Em conformidade com o que determina o referido Estatuto, são requisitos para a candidatura ao concurso, nos termos do artigo 41.º-A:

a) Ser titular do grau de doutor.

II — Os candidatos apresentarão os seus requerimentos de preferência em suporte digital, presencialmente na Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, sita no Campus de Campolide, 1099-085 Lisboa, por via postal ou através de correio eletrónico, em formulário disponível no Núcleo de Concursos e Provas Académicas e *on-line*.

O processo de candidatura deverá ser instruído com a documentação a seguir indicada:

a) Documentos comprovativos do preenchimento do requisito exigido no número I;

b) Declaração do tempo de serviço após a obtenção do grau de doutor;

c) 8 exemplares do *curriculum vitae* do candidato;

d) 2 exemplares de cada um dos trabalhos mencionados no *curriculum*, impressos ou em suporte digital.

Os documentos comprovativos da posse dos requisitos gerais de recrutamento em funções públicas podem ser substituídos por declaração prestada no requerimento/formulário, disponível na Divisão de Concursos e Provas Académicas da Reitoria da Universidade Nova de Lisboa e *on-line*, relativamente aos candidatos pertencentes a uma das Unidades Orgânicas desta Universidade.

Os candidatos que não pertencem às Unidades Orgânicas da Universidade Nova de Lisboa, devem apresentar o comprovativo da posse dos requisitos exigidos.

Os candidatos deverão entregar, dentro do prazo referido no preâmbulo deste Edital, os seus requerimentos/formulários instruídos com os documentos supramencionados.

III — Os critérios, indicadores e ponderações, com vista à avaliação e seriação dos candidatos, aprovados pelo júri, são os seguintes:

1 — Desempenho Científico (40 %):

1.1 — Publicação de artigos científicos (12 %);

1.2 — Publicação de livros e capítulos de livros científicos (4 %);

1.3 — Coordenação e participação em projetos de investigação, coordenação de unidades de investigação; prémios e distinções académicas, e patentes registadas (7 %);

1.4 — Comunicações apresentadas em congressos e colóquios científicos e publicações em livros de atas (4 %);

1.5 — Participação em órgãos de revistas científicas e em júris de prémios científicos; participação em comissões, organizações ou redes de caráter científico e revisão de artigos científicos (3 %);

1.6 — Orientações de teses de doutoramento (6 %);

1.7 — Orientações de teses, projetos e relatórios de estágio de mestrado (4 %).

2 — Capacidade Pedagógica (30 %):

2.1 — Diversidade de unidades curriculares ensinadas (matérias e ciclos de estudo) (6 %);

2.2 — Publicação de lições e outro material pedagógico (6 %);

2.3 — Participações em júris de provas académicas e de concursos das carreiras docente e de investigação (6 %);

2.4 — Experiência internacional (6 %);

2.5 — Avaliação da docência por parte dos alunos (6 %).

3 — Outras Atividades Relevantes (30 %):

3.1 — Divulgação científica (cursos, seminários, conferências e publicações de divulgação científica (10 %);

3.2 — Prestação de serviços à comunidade (10 %);

3.3 — Participação em órgãos académicos (6 %);

3.4 — Participação em tarefas de gestão universitária (participação em comissões, grupos de trabalho no ISEGI ou na UNL e júris não incluídos na alínea c) da docência (4 %).

IV — O júri tem a seguinte constituição:

Presidente — Prof. Doutor José Esteves Pereira, Vice-Reitor da Universidade Nova de Lisboa, por delegação de competências.

Vogais:

Doutor Mário Fernando Maciel Caldeira, Professor Catedrático Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa;

Doutor Marco Octávio Trindade Painho, Professor Catedrático do Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa;

Doutor Ramiro Manuel Ramos Moreira Gonçalves, Professor Associado com agregação da Escola de Ciências e Tecnologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;

Doutor Luís Alfredo Martins do Amaral, Professor Associado da Universidade do Minho;

Doutor Fernando José Ferreira Lucas Bação, Professor Associado do Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa.

V — Avaliação das candidaturas:

1 — Terminado o prazo de candidaturas, reúne-se o júri para avaliação e ordenação dos candidatos. No caso de haver exclusão de algum dos candidatos, proceder-se-á à audiência prévia, nos termos do artigo 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

2 — Apreciadas as respostas dos candidatos excluídos e após a respetiva deliberação, ou no caso da admissão da totalidade dos candidatos, o júri procederá à avaliação e ordenação dos mesmos, à luz dos critérios mencionados no número III.

VI — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

E para constar se lavrou o presente Edital.

7 de outubro de 2013. — O Reitor, *Prof. Doutor António Manuel Bensabat Rendas*.

207305506

#### Edital n.º 983/2013

Nos termos do artigo 39.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de novembro, com a nova redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 168, de 31/08/2009, o

Reitor da Universidade Nova de Lisboa, Prof. Doutor António Manuel Bensabat Rendas, por despacho de catorze de agosto de dois mil e treze, faz saber que está aberto concurso documental, pelo prazo de 30 dias úteis, a contar do dia imediato ao da publicação deste Edital no D. R., para recrutamento de 1 posto de trabalho de Professor Catedrático na Área de Medicina/Saúde das Populações (Saúde Mental e Psiquiatria) da Faculdade de Ciências Médicas desta Universidade.

O presente concurso é documental, tem carácter internacional e rege-se pelas disposições constantes dos artigos 37.º e seguintes do referido Estatuto.

I — Em conformidade com o que determina o referido Estatuto, são requisitos para a candidatura ao concurso em apreço, nos termos do art.º 40.º:

- a) Ser titular do grau de doutor há mais de 5 anos;
- b) Ser detentor do título de agregado.

Os candidatos deverão, de preferência, ser detentores do título de agregado, na área disciplinar a que respeita o concurso e com experiência relevante na área da Saúde Mental e Psiquiatria.

II — Os candidatos apresentarão os seus requerimentos de preferência em suporte digital, presencialmente na Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, sita no Campus de Campolide, 1099-085 — Lisboa, por via postal, em formulário disponível no Núcleo de Concursos e Provas Académicas e *on-line*.

O processo de candidatura deverá ser instruído com a documentação a seguir indicada:

- a) Documentos comprovativos do preenchimento dos requisitos exigidos no número I;
- b) 7 exemplares do *curriculum* do candidato;
- c) 2 «exemplares de cada um dos trabalhos mencionados no *curriculum*, impressos ou em suporte digital.

Os documentos comprovativos da posse dos requisitos gerais de recrutamento em funções públicas, podem ser substituídos por declaração prestada no requerimento/formulário, disponível na Divisão de Concursos e Provas Académicas da Reitoria da UNL e *on-line*, relativamente aos candidatos pertencentes a uma das Unidades Orgânicas desta Universidade.

Os candidatos que não pertencem às unidades orgânicas da U.N.L. devem apresentar o comprovativo da posse dos requisitos exigidos.

Os candidatos deverão entregar, dentro do prazo referido no preâmbulo deste edital os seus requerimentos/formulários instruídos com os documentos mencionados neste aviso de abertura.

III — Critérios, indicadores e ponderações, aprovados pelo júri, com vista à avaliação e seriação dos candidatos:

1 — Desempenho científico desenvolvimento e inovação (55 %):

a) Produção científica — qualidade e quantidade da produção científica (artigos em extenso, livros, comunicações em congressos) expressa pelo número e tipo de publicações, pelo reconhecimento que lhe é prestado pela comunidade científica (traduzido na qualidade dos locais de publicação e nas referências que lhe são feitas ou por outros autores) e, quando aplicável, pela capacidade de translação dos resultados de investigação alcançados;

b) Atividade Científica — qualidade e quantidade de projetos científicos em que participou e resultados obtidos nos mesmos, dando-se relevância, à coordenação de projetos e à participação em redes nacionais e internacionais; na avaliação da qualidade deve atender-se ao tipo de financiamento obtido para o projeto, isto é, se houve avaliação da candidatura e qual a entidade responsável pela avaliação;

c) Constituição de equipas científicas — capacidade para gerar e organizar equipas científicas, dirigir unidades de investigação e conduzir projetos de pós-graduação, realçando-se a orientação de alunos pós-graduados, doutorandos e mestrados;

d) Intervenção na comunidade científica — capacidade de intervenção na comunidade científica, expressa através da organização de eventos, colaboração na edição de revistas, publicações de artigos de revisão ou capítulos de livros, apresentação de palestras por convite, participação em júris académicos, júris de prémios científicos, participação em comissões, organizações ou redes de carácter científico etc., com particular relevo para a intervenção a nível internacional;

e) Mobilidade — mobilidade nacional e internacional na prática da investigação científica.

f) Outros fatores — tais como empresas de spin-off, patentes e desenvolvimento de tecnologias inovadoras de aplicação clínica.

2 — Capacidade pedagógica (25 %)

2.1 — Atividade letiva — Na atividade letiva é avaliada a qualidade do serviço prestado na formação pré e pós-graduada, no que se refere

às atividades de ensino e de contacto com o estudante, com base nos seguintes critérios:

- a) Acessibilidade dos programas da(s) unidades curricular(es) módulo(s) de que o docente é responsável, aos estudantes;
- b) Apresentação clara dos objetivos a atingir, dos conteúdos de formação e dos critérios de avaliação das aprendizagens em documentos informativos e de divulgação;
- c) Oferta da formação suficientemente esclarecedora para um observador estrangeiro (apresentação detalhada dos conteúdos, tradução em créditos europeus (ECTS), documentação em inglês ...);
- d) Oferta de formação concebida de maneira a facilitar aos estudantes, períodos de estudo no estrangeiro e informação sobre os créditos adquiridos numa universidade estrangeira, no âmbito de projetos de intercâmbio escolar;
- e) Uso de instrumentos de avaliação regular do ensino e disponibilidade de mecanismos para reformular os programas e introduzir as alterações consideradas pertinentes;
- f) Acessibilidade dos recursos didáticos da unidade curricular a todos os estudantes;
- g) Disponibilidade de horário para apoio aos alunos (tutorias).

2.2 — Produção pedagógica — A produção pedagógica deverá ser avaliada no que se refere à produção de documentos de apoio à aprendizagem e de investigação sobre o ensino e a aprendizagem, tendo em conta os seguintes critérios:

- a) Produção de recursos didáticos — caderno do aluno, livro de registo (“log book”) de estágio, folhas de exercícios, por exemplo, para apoiar a aprendizagem dos alunos;
- b) Produção de documentação científica (manuais, por exemplo) de suporte ao estudo dos alunos;
- c) Produção de artigos e/ou outras publicações no âmbito do ensino e da aprendizagem dos conteúdos científicos que leciona;
- d) Produção de relatórios pedagógicos com reflexão sobre o ensino da sua unidade curricular e ou com propostas de organização curricular no âmbito da pré e ou da pós-graduação.

2.3 — Coordenação pedagógica — Deverão ser avaliadas todas as atividades que, embora não sendo de contacto direto com o estudante promovem um ambiente de aprendizagem na instituição, designadamente:

- a) Exercício de cargos de coordenação pedagógica (Conselho Pedagógico, Coordenação de ano, programas de intercâmbio etc.);
- b) Coordenação de projetos pedagógicos na instituição (experiências pedagógicas na sua unidade curricular, projetos multidisciplinares, por exemplo);
- c) Promoção de atividades pedagógicas em colaboração com outras instituições.

3 — Outras atividades relevantes para a missão da instituição de ensino superior (20%):

São consideradas outras atividades relevantes designadamente: a competência clínica na área em que o candidato exerce o ensino e investigação, atividades de extensão universitária (atividades de OM, Soc. Científicas, MEC e Ministério da Saúde, etc.), participação em órgãos académicos.

IV — O júri tem a seguinte constituição:

Presidente: Prof. Doutor António Manuel Bensabat Rendas, Reitor da Universidade Nova de Lisboa.

Vogais:

Doutor Daniel Branco de Sampaio, Professor Catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa;

Doutora Maria Luísa Caruana Canessa Figueira Cruz Filipe, Professora Catedrática da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa;

Doutor Rui Manuel de Almeida Mota Cardoso, Professor Catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto;

Doutor José Miguel Barros Caldas de Almeida, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa;

Doutor Jorge Manuel Torgal Dias Garcia, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa.

V — Avaliação das candidaturas:

1 — Terminado o prazo das candidaturas, reúne-se o júri para avaliação e ordenação dos candidatos. No caso de haver exclusão de algum dos candidatos, proceder-se-á à audiência prévia, nos termos do artigo 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

2 — Apreciadas as respostas dos candidatos excluídos e após a respetiva deliberação, ou no caso da admissão da totalidade dos candidatos, o júri procederá à avaliação e ordenação dos mesmos, à luz dos critérios mencionados no número III.

VI —Em cumprimento da alínea *h*) do art.º 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

E para constar se lavrou o presente Edital.

7 de outubro de 2013. — O Reitor, *Prof. Doutor António Manuel Bensabat Rendas*.

207306365

## UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

### Despacho n.º 13359/2013

Ao abrigo do disposto no artigo 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo e do Despacho Reitoral n.º 60/2013, de 23 de setembro, subdelego a competência para a tomada das seguintes decisões e atos, nos Pró-Reitores a seguir indicados:

*a)* No Pró-Reitor Alberto Moreira Baptista:

1 — Reorganizar o Gabinete de Apoio a Projetos (GAP), o Gabinete de Apoio à Promoção da Propriedade Industrial e Transferência de Tecnologia (GAPI-OTIC), o gabinete de Formação (GFORM) e o Gabinete de Apoio à inserção na Vida Ativa (GAIVA);

2 — Coordenar a nova estrutura multifuncional de apoio ao desenvolvimento de projetos específicos, visando, designadamente, a prospeção de oportunidades de projetos financiados, a sua divulgação interna, o apoio técnico-financeiro e administrativo necessário na fase de preparação de propostas de candidaturas, e o seu acompanhamento;

3 — Dinamizar e coordenar a prestação de serviços especializados pela UTAD ao exterior, através do envolvimento das Escolas, centros de investigação, estruturas especializadas e SAS-UTAD, visando aumentar as receitas próprias da UTAD;

4 — Fomentar o registo de patentes, promover a criação de empresas, a transferência tecnológica e a maior ligação entre as unidades de I&D e o meio empresarial;

5 — Dinamizar o emprego científico;

6 — Coordenar o apoio à realização de eventos, de natureza científica, de divulgação e demonstração de resultados de projetos.

*b)* Na Pró-Reitora Alexandra Sofia Miguéns Fidalgo Esteves:

Coordenar a preparação das candidaturas à acreditação de Unidades de Investigação.

As presentes subdelegações de competências são feitas sem prejuízo dos poderes de avocação e produz efeitos a partir da data da sua publicação no *Diário da República*, considerando-se ratificados os atos entretanto praticados nas matérias ora subdelegadas desde 29 de julho de 2013.

Considerem-se revogados todos os Despachos que colidam com o teor do presente Despacho.

7 de outubro de 2013. — O Vice-Reitor, *António José Rocha Martins da Silva*.

207305263

### Despacho n.º 13360/2013

Ao abrigo do disposto no artigo 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo e do Despacho Reitoral n.º 59/2013, de 23 de setembro, subdelego a competência para a tomada das seguintes decisões e atos, nos Pró-Reitores a seguir indicados:

*A)* No Pró-Reitor Alberto Moreira Baptista:

1 — Promover ações de formação através de cursos de atualização de conhecimentos e atividades de *mentoring* e *coaching* para docentes, não docentes, investigadores e estudantes.

*B)* Na Pró-Reitora Alexandra Sofia Miguéns Fidalgo Esteves:

1 — Coordenar os programas de avaliação nacionais e internacionais quer da instituição como dos seus ciclos de estudo;

2 — Coordenar a preparação dos processos de acreditação/avaliação a submeter à A3ES.

*C)* No Pró-Reitor José Luís Mourão:

1 — Coordenar o Gabinete de E-learning@UTAD, e desenvolver a estratégia do ensino à distância;

2 — Coordenar a estratégia Editorial de índole pedagógica;

3 — Coordenar as vertentes pedagógicas da formação conferente de grau, pós-graduações e cursos de formação avançada;

4 — Coordenar as relações da UTAD com os Alunni.

As presentes subdelegações de competências são feitas sem prejuízo dos poderes de avocação e produz efeitos a partir da data da sua publicação no *Diário da República*, considerando-se ratificados os atos entretanto praticados nas matérias ora subdelegadas desde 29 de julho de 2013.

Considerem-se revogados todos os Despachos que colidam com o teor do presente Despacho.

7 de outubro de 2013. — O Vice-Reitor, *João Filipe Coutinho Mendes*.

207305369

### Despacho n.º 13361/2013

Ao abrigo do disposto no artigo 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo e do Despacho Reitoral n.º 58/2013, de 23 de setembro, subdelego na Pró-Reitora Alexandra Sofia Miguéns Fidalgo Esteves a competência para coordenar a implementação de um sistema de gestão da qualidade nos serviços, em articulação com a Administradora.

A presente subdelegação de competências é feita sem prejuízo dos poderes de avocação e produz efeitos a partir da data da sua publicação no *Diário da República*, considerando-se ratificados os atos entretanto praticados nas matérias ora subdelegadas desde 29 de julho de 2013.

Considerem-se revogados todos os Despachos que colidam com o teor do presente Despacho.

7 de outubro de 2013. — O Vice-Reitor, *Artur Fernando Arede Correia Cristóvão*.

207305271

## INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

### Despacho (extrato) n.º 13362/2013

Por despacho do Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 29.07.2013, foram autorizadas as renovações dos contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com a categoria de Professores Adjuntos Convidados para a Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, auferindo o vencimento correspondente ao escalão 1 índice 185 da tabela do pessoal docente do ensino superior politécnico dos seguintes docentes:

Filipe Martins Garcia Cidade Moura, em regime de tempo parcial 15 %, no período de 01.09.2013 a 31.08.2014.

João Paulo Silva Costa, em regime de tempo parcial 45 %, no período de 01.09.2013 a 31.08.2014.

António José Correia Botelho de Sousa, em regime de tempo parcial 60 %, no período de 01.09.2013 a 31.08.2014.

Mário Manuel Costa Pereira, em regime de tempo parcial 20 %, no período de 01.09.2013 a 31.08.2014.

Mário Manuel Ferreira de Castro, em regime de tempo parcial 40 %, no período de 01.09.2013 a 31.08.2014.

Luís Fernando Gaspar Salgueiro, em regime de tempo parcial 35 %, no período de 01.09.2013 a 31.08.2014.

Pedro Miguel Baptista Camacho, em regime de tempo parcial 35 %, no período de 01.09.2013 a 31.08.2014.

Francisco José Santos Fernandes Carvalho, em regime de tempo parcial 35 %, no período de 01.09.2013 a 31.08.2014.

Fernando Miguel Reis Ribeiro, em regime de tempo parcial 30 %, no período de 01.09.2013 a 31.08.2014.

Susana Evaristo Oliveira Branco, em regime de tempo integral com dedicação exclusiva, no período de 01.09.2013 a 31.08.2014.

José Pedro Fulgêncio Matos, em regime de tempo integral com dedicação exclusiva, no período de 01.09.2013 a 31.08.2014.

Jorge Manuel Miguez Ferro Vilela, em regime de tempo integral, no período de 01.09.2013 a 31.08.2014.

4 de outubro de 2013. — O Administrador, *Lic. António José Carvalho Marques*.

207307929

### Despacho (extrato) n.º 13363/2013

Por despacho do Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 29.07.2013, foi autorizada a renovação do contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo na categoria de Assistentes Convidado com Maria Emília Gaspar Oliveira Silva Mougá, em regime de tempo parcial 40 %, pelo período de 01.09.2013 a 31.08.2014 para